

SOLIDARIEDADE EM
TRABALHO, RELAÇÕES DE
GÊNERO E PRESERVAÇÃO
AMBIENTAL

26 A 28 DE SETEMBRO DE 2018

UFSCar, São Carlos -SP, Brasil

ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR: PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL NAS COLÔNIAS IAPÓ, SANTA CLARA E VIZINHANÇA EM CASTRO – PR.

Alcione Lino de Araújo¹; Bethânia Ávila Rodrigues²; Maria Helene Giovanetti Canteri³; Juliana Vitória Messias Bittencout⁴

¹Instituto Federal do Maranhão (IFMA) – Campus Santa Inês; ^{2,3 e 4} Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa

¹alcione.lino@ifma.edu.br; ²rodriguesbethania@yahoo.com; ³canteri.mhg@gmail.com; ⁴julianavitoria@utfpr.edu.br

GT 6- Agricultura familiar, solidariedade e agroecologia

Resumo

Com o intuito de descobrir as relações existentes entre a economia solidária e agricultura familiar, no âmbito dos princípios de desenvolvimento sustentável, esta pesquisa foi realizada com o objetivo de identificar o desenvolvimento sustentável na economia solidária nas Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança a partir da produção agrícola familiar no ano de 2014. Quanto à metodologia da pesquisa, optou-se por um estudo de natureza aplicada, caracterizado como quantitativo e qualitativo na Associação, localizada na cidade de Castro - Paraná. Desse modo, foi possível perceber não apenas a presença das dimensões analisadas, mas também as suas relações e efeitos proporcionados pela economia solidária e o desenvolvimento sustentável para agricultura familiar.

Palavras chave: Agricultura Familiar, Economia Solidária, Desenvolvimento Sustentável.

ECONOMY OF SOLIDARITY AND FAMILY AGRICULTURE: SUSTAINABLE PRODUCTION IN THE COLONIES IAPÓ, SANTA CLARA AND NEIGHBORHOOD IN CASTRO - PR

Abstract

With the intention of discovering the relation existing between the economy of solidarity, family agriculture, in the context of the principles of sustainable development, this research was conducted with the objective of identifying sustainable development in solidarity economy in the colonies Iapó, Santa Clara and Neighborhood from agricultural production family in the year 2014. As for the methodology of the research, it was decided by a study of applied nature, characterized as qualitative and quantitative in Association, located in the city of Castro - Parana. In this way, it was possible to perceive not only the presence of dimensions analyzed,



butalsotheirrelationsandeffectsprovidedbyeconomyofsolidarityandsustainabledevelopment for familyagriculture.

Key-words: Family Farming, SolidarityEconomy, SustainableDevelopment.

Introdução

Os empreendimentos solidários são produtores de diversos insumos, incluindo alimentos, artesanatos e matérias primas. Não é por acaso que esse modelo de economia carrega o adjetivo de “solidária”, pois justamente “a novidade, a força e o diferencial da economia solidária gravita em torno da ideia de solidariedade” (LISBOA, 2005, p.110). Ao experimentar uma relação de trabalho digna, afetiva, solidária, com equidade de direitos, o trabalhador associado motiva-se ao trabalho cooperado, tendo em vista que seu emprego dá-se por um acordo mutuo, além de dispor de maior capacidade de trabalho.

A prática da economia solidária indica uma experiência bem sucedida e sustentável, principalmente por atuar em diversas dimensões como: econômica, social, ambiental, cultural e territorial. A economia solidária contribui significativamente para o desenvolvimento local ampliando as oportunidades de emprego e renda, pois, de acordo com Domingues (2009, p.2), “é uma fonte de experiências que se cruzam e se enriquecem mutuamente e se fortalecem em redes de cooperação econômica, criando uma alternativa forte e sustentável”.

O desenvolvimento local pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais vistas sobóticas Inter setoriais e transescalar que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local. Na transformação social, há significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade(âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global).

Para Fischer (2002), o desenvolvimento local remete à combinação entre estabilidade e transformação, inovação e permanência, competição e solidariedade, sentidos esses, contraditórios, que são manejados simultaneamente por interesses coletivos representados por gestores de processos em diversas escalas. Partindo-se da premissa da valorização dos atores locais, a complexidade na definição do termo desenvolvimento é ampliada ao inserir no contexto local o desenvolvimento sustentável com o intuito de acrescentar as dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais.

A busca pelo desenvolvimento sustentável solidário deve iniciar-se pelo rearranjo das economias locais, tarefa difícil, uma vez que envolvem atores e interesses diversos e “implica a superação de alguns desafios fundamentais” (FILHO, 2008, p. 228).

Na intenção de explorar as relações existentes entre os sistemas de agricultura familiar e os empreendimentos de economia solidária, principalmente no âmbito dos princípios de desenvolvimento sustentável, esta pesquisa tem o objetivo de analisar a economia solidária através da agricultura familiar como suporte da produção sustentável na Associação de Agricultores



Familiares nas Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança, doravante, Associação das Colônias a partir da produção agrícola familiar no ano de 2014.

2. Economia Solidária

A Economia Solidária surgiu no cenário econômico e social no final do século XIX, como uma alternativa aos modelos organizacionais capitalistas. Esse novo modelo de economia teve lugar em diversos países, porém enfrentou dificuldades quanto à diferenciação do sistema capitalista, fazendo com que algumas dessas iniciativas se submetessem ao capitalismo, o que as fez perder suas características solidárias (SANTOS et al., 2012).

De acordo com Santos et al. (2012), o surgimento da economia solidária teve impulso após o surgimento excedente de mão de obra, resultado do êxodo rural, e um movimento de militantes sociais que lutavam por formas diferentes de organização laboral. Ao constituírem um empreendimento solidário, todos os atores envolvidos estão interessados em seu desenvolvimento e sucesso, e devido a isso, os empreendimentos tornam-se, ao longo do tempo, viáveis e sustentáveis. O trabalho cooperado, organizado e solidário representa uma forma significativa de promover o desenvolvimento econômico e social para sociedades carentes de renda e de políticas públicas pertinentes (TAUILE; RODRIGUES, 2004).

Para Gaiger (2003, p.191), “o fenômeno da economia solidária guarda semelhanças com a economia camponesa”, principalmente por haver diferenças entre o modo social de produção solidária e o modo de produção assalariado, e pela distinção de princípios e finalidades do que excede da produção. No entanto, as iniciativas de Economia Solidária assumem diversas experiências, incluindo agricultura familiar, empresas recuperadas através de autogestão, cooperativas, associações, economias indígenas e quilombos (LISBOA, 2005).

Empreendimentos solidários “surgem em grande número, sejam de produção, trabalho, consumo ou crédito, dentro de um movimento cada vez mais combinado entre a sociedade civil e as políticas públicas progressivas” (TAUILE; RODRIGUES, 2004, p.36). Porém, a prática da economia solidária prevê uma unidade entre a posse dos meios de produção e o uso desses no processo produtivo. Além disso, o poder de decisão, controle, e a gestão do empreendimento pertencem à sociedade de trabalhadores, onde todos participam, com direitos iguais (GAIGER, 2003).

Não é por acaso que esse modelo de economia carrega o adjetivo de “solidária”, pois justamente “a novidade, a força e o diferencial da economia solidária gravita em torno da ideia de solidariedade” (LISBOA, 2005, p.110). Ao experimentar uma relação de trabalho digna, afetiva, solidária, com equidade de direitos, o trabalhador associado motiva-se ao trabalho cooperado, tendo em vista que seu emprego dá-se por um acordo mutuo, além de dispor de maior capacidade de trabalho. De acordo com Gaiger (2003, p.193), essas características “provocam uma reversão do processo ocorrido nos primórdios do capitalismo, quando o trabalhador foi separado dos objetos por



ele produzidos e converteu-se em propriedade de outrem, em mercadoria adquirida e destinada ao uso capital”.

Embora alternativo ao capitalismo, este não se trata de um setor não lucrativo ou que não pratica o comércio. Empreendimentos solidários não buscam pelo lucro máximo, o que não significa que não almejam qualquer lucratividade. É o lucro, também renomeado de excedente, resultado ou sobras de suas atividades mercantis, que possibilita investimentos, inovação, expansão e a sustentabilidade dessa atividade econômica (LISBOA, 2005). Nesse sentido, “quando um empreendimento econômico abre mão da possibilidade de maximizar o lucro em função duma perspectiva social e ecológica, então essa empresa tem uma postura solidária dentro da troca mercantil” (LISBOA, 2005, p.109).

2.1 Agricultura Familiar

Ao longo dos últimos 20 anos, o Brasil presenciou a emergência de uma nova categoria sociopolítica no meio rural. Como resultado de uma confluência única de fatores, a agricultura familiar nasceu das lutas por reconhecimento e direitos empreendidas por uma miríade de atores, especialmente pelos movimentos sindicais do campo. Respondendo aos efeitos dos processos de globalização, abertura comercial, crise econômica e esfacelamento da capacidade de intervenção do Estado, e legitimados por inúmeros estudos que apontavam para o protagonismo das agriculturas de base familiar para sustentar a produção e a geração de emprego e renda em inúmeros países, esses movimentos passaram a reivindicar políticas diferenciadas de desenvolvimento rural (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2015).

A atividade agrícola familiar é um sistema de produção simples, comumente adotado por pequenas propriedades rurais, onde o sustento e a sobrevivência da família dependem do manejo da terra. Esse tipo de atividade não é recente no país, porém vêm ganhando mais destaque, devido a sua expansão. Nesse sentido, Wincket al. (2014, p.32) afirma que “a agricultura familiar não é uma categoria social recente, ou seja, a utilização que lhe tem sido atribuída nos últimos anos assume uma postura diferenciada”.

Mais do que, meramente, produzir alimentos, a agricultura familiar também passou a ser reconhecida pela sua contribuição à soberania e segurança alimentar e nutricional, tornando-se uma opção estratégica para tentar reverter uma verdadeira epidemia na saúde pública, a qual se expressa nas inúmeras doenças que decorrem das drásticas transformações nos padrões de consumo alimentar (AMISTÁ, 2013).

Esse reconhecimento está no centro de uma nova geração de políticas para a agricultura familiar, a qual se expressa, sobretudo, nos mercados institucionais. Amplamente investigados nos últimos anos, no escopo destes mercados encontra-se a novidade trazida pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (NIEDERLE; FIALHO; CONTERATO, 2014).

SOLIDARIEDADE EM
TRABALHO, RELAÇÕES DE
GÊNERO E PRESERVAÇÃO
AMBIENTAL

26 A 28 DE SETEMBRO DE 2018

UFSCar, São Carlos -SP, Brasil

No sentido de incentivar e fomentar a produção da agricultura familiar, foram desenvolvidos programas governamentais federais, com a obrigatoriedade de adquirir o alimentos oriundos da produção agrícola familiar. Conforme Amistá (2013), o programa social mais antigo e duradouro é o Programa Nacional e Alimentação Escolar (PNAE), que vem evoluindo desde a década de 40 e tem, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Alimentação Escolar (FNDE), destinados à aquisição de merenda escolar produzidas por agricultores familiares (BRASIL, 2013).

Outro programa desenvolvido pelo governo federal é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), regulamentado pelo art. 19 da lei nº 10.696 de 2003 (BRASIL, 2003), alterado pela lei nº 12.512, de outubro de 2011, que adquire produtos da agricultura familiar, para destiná-los, gratuitamente, para populações em situação de fragilidade alimentar (BRASIL, 2013). O PAA tem como primeiro objetivo “incentivar a agricultura familiar, promovendo sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda” (BRASIL, 2011).

O PAA contribui para o fortalecimento da agricultura familiar por meio da utilização de compras governamentais como mecanismos de estímulo e de garantia de melhores preços para alimentos oriundos da agricultura familiar, criando um mercado institucional para tais produtos. Outro grande passo no sentido de promover a agricultura familiar no Brasil foi a Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, em que se criou um elo institucional entre a alimentação escolar e a agricultura familiar local e/ou regional por meio de alterações no PNAE (BRASIL, 2013).

No Brasil, a agricultura familiar, segundo Lamarche (1993) foi profundamente marcada pelas origens coloniais da economia e da sociedade centradas em três pilares: a grande propriedade, a monocultura de exportação e o trabalho escravo. Apesar da importância da agricultura familiar brasileira, historicamente, este setor foi sempre excluído das políticas públicas, uma vez que os recursos estatais eram direcionados para as grandes propriedades monocultoras de produtos destinados, sobretudo, à exportação. Neste sentido, os estímulos recebidos por parte do Estado asseguraram a modernização e a reprodução da grande propriedade monocultora, fazendo com que a agricultura familiar ocupasse um lugar subalterno na sociedade.

Durante muito tempo, a atividade agrícola familiar não era valorizada e incentivada pelos governos, resultando no alto índice de migração das famílias camponesas para os centros urbanos, em busca de sobrevivência (EID; EID, 2003). No entanto, esse cenário de fuga do campo e êxodo rural, passou a mudar, com o reconhecimento da importância dessa atividade e a sanção da lei nacional da “Agricultura familiar”, nº 11.326 em julho de 2006, que passou a estabelecer princípios e conceitos para essa atividade (BRASIL, 2013).

A partir dos anos 1990, a agricultura familiar no Brasil começou a ter reconhecimento enquanto categoria social e produtiva, através da formulação de políticas a seu favor. De forma geral, pode-se dizer que até então não havia nenhum tipo de política pública, com abrangência nacional, para os agricultores familiares. Em meados dos anos de 1990 com a criação do Programa



26 A 28 DE SETEMBRO DE 2018

UFSCar, São Carlos -SP, Brasil

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (GRISA, 2010). A partir de então, a agricultura familiar passa a ser agenda de diversas políticas públicas de desenvolvimento rural.

Dentre elas, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A Lei nº 11.947/09 determina que no mínimo 30% (trinta por cento) do repasse do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deve ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e suas organizações, priorizando as comunidades tradicionais e os assentamentos da reforma agrária (COSTA; AMORIM JUNIOR; SILVA, 2015).

A constatação e o reconhecimento da existência de um setor da agricultura, em que predominava o trabalho familiar, que genericamente associava família, trabalho e produção, passou a exigir ações por parte do Estado, em especial, a formulação de programas de políticas públicas. Em função disso, em 1994, foi criado o PROVAP (Programa de Valorização da Pequena Produção Rural), passo inicial para a constituição, dois anos depois, do primeiro e mais importante programa de política pública direcionado à agricultura familiar: o PRONAF (SOUZA-ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014).

A operacionalização deste programa exigiu uma definição legal da categoria Agricultor Familiar a fim de facilitar o seu acesso. A Lei nº 11.326/2006 traz em seu bojo esta definição determinando que se constitui agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos (BRASIL, 2013): I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com a família.

Desta forma, devido à importância que a agricultura brasileira possui, seja pela manutenção do homem no campo, seja pela produção de alimentos, torna-se importante compreender a dinâmica das políticas públicas no contexto da agricultura familiar, para que, assim, seja possível verificar os aspectos positivos e negativos referentes às mesmas.

Com os incentivos governamentais, reconhecendo a sua capacidade de produção e importância a atividade agrícola familiar, para o desenvolvimento da região, muitas famílias produzem visando a comercialização para esses programas.

Para acessar essa política, os agricultores e agricultoras familiares precisam estar organizados em associações ou cooperativas, nas quais no mínimo 70% de seus sócios devem ter a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), e pelo menos 55% do volume de sua produção beneficiada, processada ou comercializada seja oriunda de seus sócios com DAP. Nestes primeiros anos de implementação do PNAE, após a Lei nº 11.947/09, observou-se que as associações e cooperativas da agricultura familiar estavam conseguindo acessar o programa em âmbito municipal e regional (BRASIL, 2013).



26 A 28 DE SETEMBRO DE 2018

UFSCar, São Carlos -SP, Brasil

Até aquele momento, a “pequena produção” era principalmente vista como um conjunto de unidades de subsistência que comercializavam excedentes nos mercados locais. Alguns autores destacavam a pequena produção e a unidade familiar como “depósito e reserva de mão de obra” que, com baixo custo de oportunidade, inseria-se no mercado de trabalho rural como trabalhador temporário, conhecido como boia-fria.

Buscando definir agricultura familiar, Abramovay (1998, p.146) diz que “é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”. Ou seja, a gestão dos processos produtivos é planejada pelo próprio núcleo familiar; mas deve-se lembrar que ser agricultor familiar não tem nenhuma conotação de superioridade em relação aos não familiares, trata-se apenas de diferenciar uma categoria que baseia sua produção no uso preferencial da mão de obra familiar e que exerce a gestão do empreendimento de forma direta, presencial, por meio de algum dos familiares envolvidos na produção. Os não familiares, distintamente, usam trabalho assalariado, o que é positivo porque gera emprego, mas fazem a gestão do empreendimento por meio de administradores, de longe (GUANZIROLI; BUAINAIN; DI SABBATO,2012).

A importância do Pronaf também pode ser avaliada pelos recursos alocados para a agricultura familiar, bem como sobre o número de contratos firmados. Segundo dados do MDA (2010), os recursos para custeio e investimento do Programa têm crescido constantemente, o que demonstra a tendência de o mesmo seguir apoiando as ações econômicas e produtivas dos agricultores. Por exemplo, para o Brasil, no período de 2003 a 2010, os recursos cresceram de 2,4 bilhões para 16 bilhões, o número de contratos, de 890 mil para 2 milhões por ano, e os valores médios por contrato, de R\$ 2.400,00 para R\$ 7.478,00. Só no Plano Safra 2011/12 foi investido em torno de 15 bilhões para as ações de custeio e investimento e, para o Plano Safra 2012/2013, em torno de 18 bilhões (SIMÃO; SILVA; SILVEIRA,2014).

Parte expressiva destes recursos públicos foi aplicada no Sul do País (RS, SC e PR), pois esta região acessa grande fatia dos recursos desde o nascimento da política. Por exemplo, em 1996, a região acessou 78,6% dos recursos do Programa. Em 2000, foram 50,7% dos recursos. Entre 2003 e 2008, a região acessou 44% do total de recursos disponibilizados. Esta região saiu do patamar de 486.585 mil contratos em 1999 para 631.281 mil em 2007. Também os valores aplicados são representativos, evoluindo de R\$ 1.569,00 milhões para R\$ 4.061,7 milhões no mesmo período. Conforme dados do MDA (2010), em 2009, só o RS efetuou mais de 700 mil contratos e recebeu mais de R\$ 5 bilhões do Programa. Estes dados demonstram que percentuais importantes dos recursos são tomados pela região Sul do País e pelo RS se comparados à totalidade do Brasil (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013).

Segundo o IBGE (2006), na região Sul do País a agricultura familiar é predominante, com 849.997 estabelecimentos e área de 13.066.591 ha. Essa região também tem o segundo maior contingente de agricultores familiares que acessam o Pronaf, com 19,17%, atrás apenas da região Nordeste, que possui 50,82%. Sozinho, o RS tem 378.546 estabelecimentos familiares em uma área



de 6.171.622 ha. Tanto os dados dos recursos aplicados pelo programa na região Sul quanto os da predominância da agricultura familiar justificam a realização de investigações sobre o Pronaf, no sentido de verificar quais os seus efeitos sobre as atividades econômicas e produtivas no meio rural, bem como junto ao público beneficiário.

2.2 Desenvolvimento Sustentável em Empreendimentos de Economia Solidária

A atividade agrícola familiar é um sistema de produção simples, comumente adotado por pequenas propriedades rurais, onde o sustento e a sobrevivência da família dependem do manejo da terra. Esse tipo de atividade não é recente no país, porém vêm ganhando mais destaque, devido a sua expansão. Nesse sentido, Wincket al. (2014, p.32) afirma que “a agricultura familiar não é uma categoria social recente, ou seja, a utilização que lhe tem sido atribuída nos últimos anos assume uma postura diferenciada”.

Não raramente surgem ações e políticas públicas estimulando a criação de empreendimentos de economia solidária. Tais iniciativas oferecem apoios institucionais e motivacionais para os empreendimentos, porém os serviços são ineficientes quanto ao desenvolvimento e manuseio de ferramentas comuns de gestão e aos pressupostos de técnicas administrativas e econômicas da autogestão, resultando em uma lacuna que poderá comprometer o desenvolvimento sustentável desses empreendimentos, dificultando atividades básicas, como comercialização e acesso a novas técnicas e conhecimentos (RUTKOWSKI, 2007).

O desenvolvimento sustentável pressupõe uma “interação equilibrada e sustentável das três dimensões essenciais: econômica, social e ambiental” (DOMINGUES, 2009, p.6). A dimensão econômica compreende a necessidade de crescimento e desenvolvimento econômico, porém, atentando à sustentabilidade do ambiente. Na dimensão social, há uma preocupação quanto às necessidades sociais dos indivíduos e da sociedade em que está inserido. E por fim, a dimensão ambiental corresponde à preservação e valorização dos recursos naturais e do ambiente como um todo (DOMINGUES, 2009).

A busca pelo desenvolvimento sustentável solidário deve iniciar-se pelo rearranjo das economias locais, tarefa difícil, uma vez que envolvem atores e interesses diversos e “implica a superação de alguns desafios fundamentais” (FILHO, 2008, p. 228).

2.3 Desenvolvimento Local e Regional

A criação de empreendimentos solidários proporciona muitas oportunidades de trabalho e renda para a sua comunidade. Tais iniciativas possuem uma “perspectiva alternativa de sustentabilidade no longo prazo, além de ajudarem o país a crescer, contribuem com a elevação do bem-estar da população e, conseqüentemente, com seu desenvolvimento econômico e social” (TAUILE; RODRIGUES, 2004, p.43).



26 A 28 DE SETEMBRO DE 2018

UFSCar, São Carlos -SP, Brasil

Os empreendimentos solidários são produtores de diversos insumos, incluindo alimentos, artesanatos e matérias-primas. Uma forma de comercialização e troca de seus produtos são as redes de economia solidária, que ganham maior visibilidade devido a sua extensão e alcance. De acordo com Filho (2008, p.224), as redes “representam a expressão concreta de uma via sustentável-solidária na promoção do desenvolvimento local”; compreender as redes de economia solidária, “significa uma associação ou articulação de vários empreendimentos e/ou iniciativas de economia solidária com vistas à construção de um circuito próprio de relações econômicas e intercâmbio de experiências e saberes formativos”.

A prática da economia solidária indica uma experiência bem sucedida e sustentável, principalmente por atuar em diversas dimensões como: econômica, social, ambiental, cultural e territorial. A economia solidária contribui significativamente para o desenvolvimento local ampliando as oportunidades de emprego e renda, pois, de acordo com Domingues (2009, p.2), “é uma fonte de experiências que se cruzam e se enriquecem mutuamente e se fortalecem em redes de cooperação econômica, criando uma alternativa forte e sustentável”.

Material e Métodos

A presente pesquisa é classificada do ponto de vista de sua natureza como aplicada, com o objetivo de gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigida à solução de problemas específicos. Pode ser também caracterizada como quantitativa e qualitativa, visto que traduz em números as opiniões e informações para sua classificação e análise, mas, também porque os dados obtidos foram analisados indutivamente (SILVA e MENEZES, 2005).

No que diz respeito aos objetivos, pode ser classificada como explicativa. Visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa experimental, pois foi determinado um objeto de estudo e as variáveis capazes de influenciá-lo foram selecionadas, bem como as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto foram definidas (GIL, 2002).

O método científico utilizado foi o indutivo, pois parte de dados particulares para obtenção de uma verdade geral não contida nas partes examinadas (MARCONI e LAKATOS, 2001).

A pesquisa foi composta pela população de 8.615 (oito mil seiscentos e quinze) alunos matriculados; esse número de alunos é dividido em 40 (quarenta) escolas no município de Castro no estado do Paraná; sendo 26 (vinte e seis) na Zona Urbana e 14 (quatorze) na Zona Rural. A Secretaria Municipal de Educação no ano de 2014 adquiriu semanalmente 47 (quarenta e sete) produtos da Associação das Colônias divididos por classes: frutas, produtos processados (panificação) e olerícolas, que foram repassados às escolas com a finalidade do preparo da merenda escolar para os alunos.

SOLIDARIEDADE EM TRABALHO, RELAÇÕES DE GÊNERO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

26 A 28 DE SETEMBRO DE 2018

UFSCar, São Carlos -SP, Brasil

Resultados

As Colônias Iapó, Santa Clara e Vizinhança, denominada Associação das Colônias, foram colonizadas por povos eslavos (poloneses, ucranianos, tchecos e albaneses), fugidos da invasão russa em seus países de origem, formaram o núcleo colonial Iapó, Santa Clara e Vizinhança no ano de 1920, essencialmente lavradores. Como todos, os imigrantes sofreram muito no processo de adaptação aos padrões culturais e climáticos do Brasil e ao descaso das autoridades brasileiras com a implantação das colônias. Para garantir a sobrevivência uniram-se para abrir os lotes de 10 alqueires destinados a cada família e formaram um núcleo comum onde construíram o centro comunitário, a igreja e a escola.

No ano de 2014, a Associação das Colônias através da contribuição dos programas do Governo Federal PAA e PNAE forneceu os produtos solicitados pela Secretaria de Educação para ser produzida a merenda escolar nas escolas da zona urbana e rural do município de Castro - PR. Nesse fornecimento os produtos foram divididos por classes como: frutas, produtos processados (panificação) e olerícolas.

Na tabela 1, apresenta-se o consumo das frutas no ano de 2014 em relação a quantidade de alunos matriculados. O cardápio da merenda escolar prioriza sempre que possível uma fruta em cada refeição servida ao aluno. Assim as frutas que tiveram o maior consumo foram: banana com 24,51 unid/aluno/ano; laranja com 23,28 unid/aluno/ano e maçã 23,20 unid/aluno/anos. Nessa mesma categoria tem-se mamão e melancia que são entregues em quilo, onde difere das outras fruta que são entregues em unidades. Dessa forma cada aluno no ano de 2014 consumiu 2,02 kg/aluno/ano de melancia e 1,93 kg/aluno/ano de mamão.

Tabela 1 – Consumo de cada aluno versus fruta no ano de 2014

| FRUTA | Total de fruta | Quantidade de fruta consumida por aluno em UND |
|---------------------|----------------|--|
| Banana | 211.203 | 24,51 |
| Laranja | 200.582 | 23,28 |
| Maça | 199.953 | 23,20 |
| Morango | 60.745 | 7,05 |
| Caqui | 36.800 | 4,27 |
| Kiwi | 16.780 | 1,94 |
| Laranja pêra | 13.618 | 1,58 |
| Ponkan | 9.725 | 1,12 |
| Laranja lima / rosa | 4.390 | 0,50 |

Fonte: Organizado pela autora

SOLIDARIEDADE EM TRABALHO, RELAÇÕES DE GÊNERO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

26 A 28 DE SETEMBRO DE 2018

UFSCar, São Carlos -SP, Brasil

A tabela 2 apresenta os produtos processados. Esses produtos são denominados, gênero de panificação, fabricados pelas mulheres da Associação das Colônias, nas cozinhas comunitárias, onde as mulheres têm sua renda com a venda desses produtos. Dos produtos relacionados todos são produzidos em quilo, porém existe o Pão de Mel que é produzido em unidades. No ano de 2014 a quantidade de Pão de Mel foi de 76.636 mil unidades. Isso significa que cada criança consumiu 8,89 unidades de Pão de Mel durante o ano de 2014. E os produtos que foram mais consumidos pelos alunos foram: Biscoito 1,55 kg/aluno/ano; Pão Caseiro 0,52 kg/aluno/ano; Pão Integral 0,51kg/aluno/ano;e Cuca Caseira 0,31 kg/aluno/ano.

Na Tabela 2 observa-se a quantidade de produtos processados – gênero de panificação - mais consumidos por cada criança.

Tabela 2 – Consumo de cada aluno versus produtos processados – gênero de panificação - no ano de 2014

| Produtos Processados | Total de produtos processados | Quantidade de produtos processados consumido por aluno em KG |
|-----------------------------|--------------------------------------|---|
| Biscoito | 13.430,00 | 1,55 |
| Pão caseiro | 4.527,00 | 0,52 |
| Pão integral | 4.424,50 | 0,51 |
| Cuca Caseira | 2.750,00 | 0,31 |
| Pão enriquecido | 2.379,40 | 0,27 |
| Broa de centeio | 1.744,20 | 0,2 |
| Pão de leite | 1.129,00 | 0,13 |
| Pão de sementes | 1.006,20 | 0,11 |
| Pão de milho | 478,00 | 0,05 |

Fonte: Organizado pela autora

Na tabela 3 são exibidos os produtos da classe olerícola, ou seja: legumes, verduras e tubérculos. E os produtos que foram mais consumidos pelos alunos foram: Toamte 0,57 kg/aluno/ano; Cenoura 0,47kg/aluno/ano; Pepino 0,40kg/aluno/ano; Batata 0,39kg/aluno/ano;e Beterraba 0,31 kg/aluno/ano. Além desses produtos encontra-se ovos, alimento de origem animal, distribuídos em unidades, num total de 62.712; isso significa que cada criança consumiu 7,27 ovos/ano. Nessa tabela observa-se a quantidade de produtos da classe olerícola e consumidos por cada criança.

SOLIDARIEDADE EM
TRABALHO, RELAÇÕES DE
GÊNERO E PRESERVAÇÃO
AMBIENTAL

26 A 28 DE SETEMBRO DE 2018

UFSCar, São Carlos -SP, Brasil

Tabela 3 – Consumo de cada aluno versus produtos In Natura no ano de 2014

| Produtos | Total de produtos In Natura | Quantidade de produtos In Natura consumido por aluno em KG |
|------------------|------------------------------------|---|
| Tomate | 4.938,90 | 0,57 |
| Cenoura | 4.096,60 | 0,47 |
| Pepino | 3.471,50 | 0,40 |
| Batata | 3.410,00 | 0,39 |
| Beterraba | 2.733,60 | 0,31 |
| Chuchu | 2.122,00 | 0,24 |
| Repolho | 2.097,50 | 0,24 |
| Vagem | 1.984,60 | 0,23 |
| Abobrinha | 1.871,50 | 0,21 |
| Brócolis | 1.565,00 | 0,18 |
| Acelga | 1.240,00 | 0,14 |
| Alface | 881,10 | 0,10 |
| Couve Manteiga | 742,00 | 0,08 |
| Couve-Flor | 607,50 | 0,07 |
| Mandioca/Aipim | 590,00 | 0,06 |
| Alface Americana | 462,80 | 0,05 |
| Morango | 430,00 | 0,04 |
| Batata Inglesa | 400,00 | 0,04 |
| Batata Comum | 222,50 | 0,02 |
| Batata Doce | 193,50 | 0,02 |
| Abóbora | 157,30 | 0,01 |

Fonte: Organizado pela autora

Conclusão

Um dos pontos principais para Associação das Colônias na cidade de Castro – PR foi a integração entre a comunidade e os vários segmentos governamentais e sociais. Quando há um trabalho conjunto, em que os interesses são negociados e a Prefeitura tem visão e vontade política, acreditando que tais ações visam à desconcentração de renda e ao fortalecimento da economia local, é possível realizar projetos com resultados positivos e ver que a economia real do desenvolvimento sustentável é viável.

A contribuição que a economia solidária oferece para a Associação refere-se ao fortalecimento da agricultura familiar com a economia local e/ou desenvolvimento local pela retenção do capital investido pela Prefeitura oriundo do Programa PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) dentro da própria região, com isso há o aumento e diversificação da produção; o fortalecimento institucional; a redução do êxodo rural pelo ânimo renovado dos pequenos produtores, principalmente no caso do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos);a



26 A 28 DE SETEMBRO DE 2018

UFSCar, São Carlos -SP, Brasil

abertura de novos mercados após o início das vendas para a Prefeitura; o investimento na atividade produtiva; a garantia de renda tanto para os homens quanto para as mulheres daquela associação, ampliação da qualidade de vida; e aumento da formalização dos agricultores familiares por meio do cadastramento em Programas Governamentais e até mesmo participar de Cooperativas/ou Associações.

Tais resultados derivaram de uma série de ações e programas implementados ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Castro, através do Governo Federal, de outras entidades locais ou regionais – a partir da demanda da merenda escolar e do atendimento à sua legislação.

Referências

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. Cadernos de Ciência & Tecnologia. Brasília, v.15, p.137-157, 1º sem. 1998.

AMISTÁ, M. J. de M. Programa de alimentação escolar: perfil dos beneficiários, qualidade e atuação de gestores da comunidade de Guariba. 2013, 174f. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo – SP, Piracicaba, 2013.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>.

_____. Lei nº 10.696 de 02 de julho de 2003. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm>.

_____. Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm#art33>.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos/distribuicao-de-alimentos-a-grupos-especificos/distribuicao-de-alimentos-a-grupos-especifico>>.

_____. Portal Brasil. Merenda escolar utiliza cada vez mais produtos da agricultura familiar. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2013/07/merenda-escolar-utiliza-cada-vez-mais-produtos-da-agricultura-familiar>>.



26 A 28 DE SETEMBRO DE 2018

UFSCar, São Carlos -SP, Brasil

COSTA, Bianca Aparecida Lima; AMORIM JUNIOR, Paulo Cesar Gomes; SILVA, Marcio Gomes da. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 53, Nº 01, p. 109-126, Jan/Mar 2015 – Impressa em Abril de 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005301006>

DOMINGUES, M. P. T. S. Economia solidária: a economia real do desenvolvimento sustentável. Artigo apresentado no V Colóquio Ibérico De Cooperativismo E Economia Social. Santarém, 2009. Disponível em: < http://pt.solecopedia.org/images/archive/d/d5/20110111184816!Artigo_-_Economia_Solid%C3%A1ria.pdf>.

EID, F.; EID, R. M. C. O. Marketing e agricultura familiar: estudo em uma cooperativa de reforma agrária. In: XXIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção – ENEGEP, Ouro Preto, 2003. Anais.

FILHO, G. C. de F. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. Organizações & Sociedade, [S. I.], v. 15, nº45, abr./jun. 2008.

FISCHER, T. Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. Caderno CRH, Salvador, nº39, p.182-211, jul./dez. 2003.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 51, Nº 1, p. 045-068, Jan/Mar 2013 – Impressa em Abril de 2013.

GIL, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas.

GRISA, C. As políticas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. Desenvolvimento em Debate. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 83-109, 2010.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; BUAINAIN, Antônio Marcio; DI SABBATO, Alberto. Dez Anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006). RESR, Piracicaba-SP, Vol. 50, Nº 2, p. 351-370, Abr/Jun 2012 – Impressa em Maio de 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo agropecuário 2006: resultados preliminares. Brasília: IBGE, 2006. 141 p.



26 A 28 DE SETEMBRO DE 2018

UFSCar, São Carlos -SP, Brasil

LAMARCHE, H. (Coord.). A agricultura familiar: comparação internacional. Tomo I. Trad. TIJIWA, A.M.N. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993.

LISBOA, A. de M. Economia Solidária e autogestão: imprecisões e limites. Pensata, [S.I.], nº3, p.109-115, jul./set. 2005.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. (2001). Fundamentos de metodologia científica. 4 ed. São Paulo: Atlas.

NIEDERLE, Paulo André; FIALHO, Marco Antônio Verardi; CONTERATO, Marcelo Antônio. A pesquisa sobre Agricultura Familiar no Brasil – aprendizagens, esquecimentos e novidades. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S009-S024, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015.

RUTKOWSKI, J. Sustentabilidade em empreendimentos econômicos solidários: outro mundo, outra economia, outra engenharia. In: V Encontro Internacional de Economia Solidária. São Paulo, 2007. Anais.

SANTOS, et al. Empreendimentos de Economia Solidária na cidade de Londrina/PR e suas estratégias de ação. In: XV Seminários de Administração – SEMEAD, [S.I.], 2012. Anais.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 4ed. Ver. Atual – Florianópolis: UFSC, 2005.

TAUILE, J. R.; RODRIGUES, H. Economia Solidária e Autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda. IPEA – Mercado de Trabalho, [S.I.], nº 24, p.35-43, 2º sem. 2004.

SIMÃO, Gustavo Leonardo; SILVA, Edson Arlindo; SILVEIRA Suely de Fátima Ramos. Grau de Cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) Junto aos Agricultores Familiares do Estado de Minas Gerais. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Nº 03, p. 533-548, Jul/Set 2014 – Impressa em Novembro de 2014.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO Sonia Maria Pessoa Pereira. Análise Sobre o Acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos Municípios do Circuito das Frutas (SP). RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S205-S222, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015.

WINCK, C. A. et al. Agricultura familiar e rendas alternativas na região da Quarta Colônia/RS. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. São Paulo, v.10, p.28-51, 1º sem. 2014.